



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA

REQUERIMENTO N.º de 2018
(Da Senhora Janete Capiberibe e outros)

Requer a realização de audiência pública com o tema: “O papel estratégico do BASA para o Desenvolvimento da Amazônia”.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 255 do Regimento Interno desta Casa, que seja realizada, nesta Comissão, reunião de Audiência Pública para debater a importância do Banco da Amazônia para o desenvolvimento da região Norte do país, com o tema: “O papel estratégico do BASA para o Desenvolvimento da Amazônia”.

Indicamos para a composição da mesa os seguintes convidados:

- **Kleber Antonio da Costa Mourão** - Presidente do Conselho Regional de Economia do Pará e do Amapá (Corecon-PA/AP). Economista da Sudam/Ministério da Integração Nacional.
- **Wellington Leonardo da Silva** - Presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon)
- **Silvio Kanner** – Presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA)
- **Francisco de Assis Costa** – Professor Doutor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA)
- **Representante do Banco da Amazônia (BASA)**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA

JUSTIFICAÇÃO

Presente nos nove estados da Amazônia Legal, o Banco da Amazônia, em seus 76 anos de existência, consolidou-se como principal agente de fomento do Governo Federal na região. É a maior instituição financeira da Amazônia e tem sua história diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico da região nas últimas seis décadas. Como gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), possibilita aos micro e pequenos produtores e empresários da região o acesso a uma fonte permanente e estável de financiamentos de longo prazo, com encargos diferenciados, resultando no crescimento de postos de trabalho e da geração de renda.

No entanto, levantamento elaborado pela Fundação Getúlio Vargas aponta para a possibilidade de incorporação do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste (BNB) pelo Banco do Brasil. A diluição desse patrimônio da população amazônica aumentaria significativamente a burocracia e eliminaria um poderoso mecanismo de dinamização da Região Norte e das demais Unidades da Federação que fazem parte da Amazônia Legal.

Já nos últimos 6 anos, incluindo este ano de 2018 não finalizado (dados até setembro/2018), observa-se um excessivo contingenciamento dos recursos destinados ao BASA, representando a política de desinvestimento do governo Temer, decorrente da adoção da famigerada política de austeridade fiscal. (Vide gráficos abaixo)

ANO	PLANEJADO	EXECUTADO	VARIAÇÃO
2018	R\$ 47,9 mi	R\$ 3,1mi	0,64% (set/18)
2017	R\$ 40,2 mi	R\$ 21,6 mi	53,73%
2016	R\$ 53,3 mi	R\$ 27,2 mi	51,03%
2015	R\$ 48,0 mi	R\$ 17,6 mi	36,66%
2014	R\$ 59,9 mi	R\$ 41,4 mi	69,11%
2013	R\$ 31,9 mi	R\$ 23,2 mi	72,7%

Fonte: SIGA BRASIL

É simbólico observar que nos anos de preparação, instalação e consolidação do golpe, 2014-2018, houve as maiores restrições de recursos. No caso, quedas que variaram negativamente de 69,11% (ano de 2014), passando por contenção de 53,73% (2017) até atingir a pífia aplicação de apenas 0,64%,ano em curso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA

Tais dados demonstram a deliberada intenção de sucatear o BASA, comprimindo em demasia seus recursos – destinado ao desenvolvimento da Amazônia, daí falarmos em política de desinvestimento. Ou seja, por via do estrangulamento orçamentário o BASA deixa de cumprir com sua principal função institucional e social, pelo qual justifica a sua existência.

É muito importante citar essa visão mais totalizante dos recursos do BASA porque alguns sites (Diários On line) divulgam dados de que “(...) nos últimos seis anos, o Banco da Amazônia aplicou mais de R\$ 8 bilhões em créditos de fomento no Pará, sendo grande parte para apoiar a agricultura familiar por meio de financiamentos do microcrédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)”, transmitindo a ideia, questionável, isolada e ao incauto, de que o BASA continua funcionamento sem “problemas orçamentários” e cumprindo a sua função institucional e social.

De qualquer modo, o que revela ainda mais essa deliberada política de desinvestimento é considerar que com a vigência da Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 2016), que congela investimentos por 20 anos, a grosso modo, fez com que o orçamento do BASA do ano de 2017 (planejado em R\$ 40,2 milhões) só possa ser corrigido para anos vindouros pela inflação do ano imediatamente anterior, daí não haver nenhum novo aporte de recursos.

Dessa forma, apresentamos o presente requerimento solicitando a realização de uma audiência pública para discutir a atual situação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e a ameaça que representa a extinção do Banco da Amazônia para o desenvolvimento da região Norte do país.

Sala da Comissão, em

de novembro de 2018.

Deputada **Janete Capiberibe**
PSB/AP

Deputado **Edmilson Rodrigues**
PSOL/PA